



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

III PROCESSO SELETIVO PARA A FUNÇÃO DE
JUIZ LEIGO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

001. PROVA OBJETIVA

JUIZ LEIGO

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** A respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), é correto afirmar que
- (A) atos normativos expedidos por pessoas jurídicas de direito público estadual podem ser objeto de controle abstrato de normas por meio de ADI.
 - (B) a Constituição Federal atribuiu legitimidade para propor ADI aos partidos políticos, as federações sindicais e as entidades de classe, mas tais entes não possuem capacidade postulatória.
 - (C) a legitimidade para propor ADI do Governador de um Estado está diretamente atrelada à demonstração de relevância, sendo também imprescindível que junto com ele assine a petição inicial algum procurador do Estado.
 - (D) o STF reconheceu recentemente que a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) não dispõe de legitimidade para ajuizar ADI, em face da ausência de interesse comum essencial.
 - (E) dentre os legitimados para propor ADI está a Mesa do Congresso Nacional, que possui capacidade postulatória especial.
- 02.** De acordo com a Constituição Federal, a instituição de regiões metropolitanas
- (A) é de competência da União, tendo em vista que é objetivo da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional.
 - (B) depende da edição de medida provisória pelo Estado.
 - (C) que tem por finalidade integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum compete aos Estados.
 - (D) é competência do Estado, após oitiva da população interessada mediante plebiscito.
 - (E) depende da edição de decreto legislativo pelos municípios que desejam integrar a região metropolitana.
- 03.** Considere que o Congresso Nacional aprovou uma lei ordinária fixando que os bilhetes de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros terão validade de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da data de sua emissão, independentemente de estarem com data e horários marcados. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) a lei é inconstitucional, pois tal previsão deveria ter sido fixada por meio da edição de lei complementar.
 - (B) compete aos estados-membros a definição do prazo de validade de bilhetes de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.
 - (C) a lei é constitucional, pois concretiza o princípio da isonomia, aplicando o mesmo tratamento a todas as unidades da federação.
 - (D) há inconstitucionalidade formal, pois a iniciativa de tal matéria é privativa do Presidente da República.
 - (E) compete aos municípios que emitem os bilhetes a disciplina do seu prazo de validade.
- 04.** A respeito da Ordem Social, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.
- (A) É admitida a participação indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
 - (B) Medida provisória deverá estabelecer vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários.
 - (C) A contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários é admitida em casos excepcionais.
 - (D) A gratificação natalina dos pensionistas terá por base a média aritmética do valor dos proventos recebidos em um ano.
 - (E) A redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza é um dos objetivos explicitamente previstos da assistência social na Constituição Federal.

- 05.** Sobre os Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta.
- (A) É incorreto afirmar-se que os direitos fundamentais são absolutos, uma vez que tanto outros direitos fundamentais como outros valores constitucionais podem limitá-los.
 - (B) A característica da universalidade dos direitos fundamentais está presente tanto no polo passivo quanto no polo ativo das relações jurídicas que permeiam um direito fundamental.
 - (C) Os direitos fundamentais, assim como os direitos humanos, estão consagrados expressamente em diplomas legislativos com base constitucional.
 - (D) A aplicabilidade dos direitos fundamentais coletivos depende da edição de normas reguladoras de relações jurídicas.
 - (E) A previsão constitucional de um determinado direito fundamental vincula automaticamente o Poder Executivo e o Poder Judiciário, mas não o Poder Legislativo.
- 06.** Considere que no Estado X há uma lei estadual que concede aos professores das redes públicas estadual e municipais de ensino o benefício da meia-entrada nos estabelecimentos de lazer e entretenimento. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que tal lei é
- (A) inconstitucional materialmente, pois viola frontalmente o princípio da isonomia.
 - (B) inconstitucional, já que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local.
 - (C) inconstitucional, pois é competência privativa da União legislar sobre direito civil.
 - (D) constitucional, na medida em que a competência para legislar sobre direito econômico é concorrente entre a União, os estados-membros, o Distrito Federal e os municípios.
 - (E) constitucional, pois compete privativamente aos Estados legislar sobre cultura e lazer.
- 07.** A respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), é correto afirmar que
- (A) não pode ser objeto da ADPF lei pré-constitucional, assim como não pode ocorrer lesão a preceito fundamental com base em mera interpretação judicial do texto constitucional.
 - (B) diferentemente do que ocorre com a ADI, a maioria dos legitimados para a propositura de ADPF não dispõe de capacidade postulatória especial.
 - (C) exclusivamente com a demonstração absoluta da inexistência de qualquer outro meio eficaz para afastar a eventual lesão se dá o cumprimento do requisito da subsidiariedade para ajuizamento de ADPF.
 - (D) na versão da lei originariamente aprovada pelo Congresso Nacional admitia-se expressamente a legitimidade processual de qualquer cidadão.
 - (E) podem propor a ADPF todos os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade, exceto as entidades de classe de âmbito nacional.
- 08.** A respeito da Ordem Econômica e Financeira, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.
- (A) Dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.
 - (B) O Estado determinará a organização da atividade garimpeira em associações ou cooperativas.
 - (C) A defesa do meio ambiente e a busca do pleno emprego são dois dos princípios da Ordem Econômica expressamente previstos na Constituição.
 - (D) A lei complementar disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro e regulará a remessa de lucros.
 - (E) O atendimento de requisição de informação de natureza comercial, feita por autoridade administrativa estrangeira, à pessoa física residente no País dependerá de autorização do Poder competente.

- 09.** Considere que a Lei Estadual nº 1234/2022 obriga empresas prestadoras de serviços de televisão por assinatura e estabelecimentos comerciais de vendas no varejo e no atacado — que já possuam Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) — a fornecerem atendimento telefônico gratuito a seus clientes. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) por tratar de matéria da competência privativa da União, há inconstitucionalidade nomodinâmica.
 - (B) a lei é inconstitucional materialmente, na medida em que cria obrigação não prevista no diploma consumerista.
 - (C) lei estadual não pode impor tal obrigação a empresas prestadoras de serviços de televisão, mas apenas aos estabelecimentos comerciais de vendas.
 - (D) considerando-se o federalismo centrífugo, pode-se dizer que a lei estadual é constitucional.
 - (E) por ferir o princípio federativo, há inconstitucionalidade nomoestática.
- 10.** Considere que Paulo tem uma propriedade rural produtiva e deseja saber quais requisitos precisa atender para que seja cumprida a função social, pois ele tem receio de que sua propriedade seja desapropriada para fins de reforma agrária. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) se Paulo não atestar que a exploração de sua propriedade favorece o bem-estar dos trabalhadores, sua propriedade será desapropriada e o pagamento ocorrerá mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.
 - (B) desde que sejam observadas as disposições que regulam as relações de trabalho, estará cumprida a função social.
 - (C) para que a propriedade não seja desapropriada para fins da reforma agrária, é imprescindível que Paulo demonstre o aproveitamento racional e adequado dos recursos naturais.
 - (D) para que seja atendida a função social, deve ser comprovada exclusivamente a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente.
 - (E) como Paulo tem uma propriedade produtiva, ela é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária.
- 11.** São exemplos respectivamente de desconcentração e descentralização administrativas:
- (A) a criação de uma Secretaria Municipal e a criação de uma sociedade de economia mista.
 - (B) a criação de um Ministério e a criação de um serviço social autônomo.
 - (C) a criação de uma organização social e a criação de uma empresa pública.
 - (D) a criação de Departamento em um Ministério e a criação de um Órgão Colegiado em uma Secretaria.
 - (E) a criação de uma fundação pública e a criação de uma autarquia.
- 12.** Fulano está respondendo a processo administrativo disciplinar que apura a sua responsabilidade em fatos que levaram a Administração Pública a arcar com relevantes prejuízos ao dar recebimento em mercadoria de qualidade inferior à contratada, entregue por fornecedor. Beltrano é chefe do órgão público municipal no qual trabalha Fulano e inimigo confesso de Fulano. Aproveitando-se dessa situação, Beltrano substituiu os membros da comissão de apuração, criada em razão do processo disciplinar, por pessoas da sua confiança, esperando com isso obter apuração favorável à demissão de Fulano. A respeito dessa situação hipotética é correto afirmar que
- (A) por se tratar de processo administrativo, não são aplicáveis as mesmas garantias constitucionais ao contraditório e à ampla defesa que compõem o chamado “devido processo legal”.
 - (B) a conduta de Beltrano viola o princípio constitucional da impessoalidade, na medida em que se aproveita de sua posição hierárquica para desfavorecer desafeto pessoal.
 - (C) em razão da separação de poderes, a apuração administrativa será final e não poderá ser revista pelo Poder Judiciário, motivo pelo qual deve ser dado amplo direito de defesa a Fulano.
 - (D) ainda que se constate conluio entre Fulano e o fornecedor, não existe previsão legal de responsabilização administrativa deste em razão dos prejuízos causados por ato ímprobo.
 - (E) a ação de Beltrano atende ao princípio da moralidade, na medida em que busca a justa reparação de prejuízo causado por Fulano à Administração.

13. É exemplo do exercício do poder de polícia administrativa:
- (A) a publicação de decreto regulamentador do funcionamento da guarda civil municipal.
 - (B) a instalação de comissão parlamentar de inquérito.
 - (C) a prisão em flagrante por porte de droga ilícita.
 - (D) a aplicação de multa a estabelecimento por desrespeito às normas de posturas municipais.
 - (E) a previsão do crime de desacato a funcionário público.
14. O Secretário Municipal de Obras do Município “X” revogou procedimento licitatório em curso devido a uma mudança na priorização da Prefeitura em relação aos projetos a serem desenvolvidos nos próximos anos e a uma brusca redução da arrecadação municipal, anunciada pelo Secretário Municipal de Fazenda, que colocaria em risco a capacidade de custeio completo da obra pela Prefeitura para os anos seguintes. Sobre o ato administrativo de revogação é correto afirmar que
- (A) a verificação da posterior inexistência dos motivos apontados formalmente para o ato não contamina a revogação, por se tratar de ato discricionário.
 - (B) a competência para o ato administrativo é do Secretário de Fazenda e não do Secretário de Obras, devido à sua justificativa.
 - (C) a repriorização de investimentos previstos, em face da mudança do cenário observado, consiste em análise de conveniência e oportunidade típica dos atos discricionários.
 - (D) a justificativa para o ato não é consistente, visto que o início da licitação apenas pode ocorrer após reserva orçamentária dos recursos suficientes ao pagamento de todo o contrato, incluindo as parcelas a serem pagas em exercícios futuros.
 - (E) a motivação para o ato administrativo não é consistente com a revogação da licitação, sendo causa de anulação do procedimento.
15. João da Silva é funcionário público estadual de nível médio, titular de cargo público de Auxiliar Técnico Administrativo, cujas competências envolvem apoio técnico e operacional às atividades do Departamento de Fiscalização Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado “Y”. Em razão da falta de Auditores Fiscais concursados na Receita Estadual, João da Silva começou paulatinamente a se envolver com as atividades de auditoria tributária e a realizar a lavratura de autos de infração tributária, os quais passaram a ser emitidos com a sua assinatura apenas. A respeito dessa situação hipotética é correto afirmar que
- (A) a situação descreve hipótese de desvio de poder, na medida em que o cargo de João não admite que ele seja responsável pela lavratura de auto de infração tributária.
 - (B) se trata de hipótese de desvio de função, conferindo a João o direito de ser investido no cargo de auditor fiscal, em caso de exercício da função por prazo superior a cinco anos.
 - (C) por não se tratar de competência exclusiva, o lançamento tributário realizado por João da Silva poderá ser convalidado por Auditor Fiscal devidamente investido no cargo.
 - (D) João agiu com excesso de poderes, na medida em que excedeu o âmbito de competência legalmente atribuída ao seu cargo, adentrando âmbito de competência exclusiva.
 - (E) se trata de hipótese de revogação da fiscalização por usurpação de função pública, sujeitando João da Silva à pena de perda do cargo público.
16. Três prefeituras de municípios vizinhos pretendem se unir para, juntas, realizarem concessão dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos. As prefeituras pretendem agir assim, pois, dessa forma, poderão conceder projeto com maior escala, atraindo empresas maiores e mais bem preparadas para a prestação de serviços de melhor qualidade. Com base nesse cenário hipotético, é correto afirmar que
- (A) não é possível a concessão dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, uma vez que tais serviços devem ser delegados por meio de permissão ou autorização, sempre precedida de licitação.
 - (B) as prefeituras poderão, em razão de eventual outorga da concessão a consórcio público, delegar o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços ao próprio consórcio.
 - (C) não é possível a gestão conjunta de concessão dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos por se tratar de serviço público da competência dos estados, quando se tratar de território considerado como zona metropolitana.
 - (D) seria possível a formação de associação pública para a realização de concessão do serviço público em questão, desde que o número de prefeituras fosse de no mínimo quatro e não três, como na situação descrita.
 - (E) as prefeituras poderiam organizar tal concessão por meio da formação de consórcio público, prevendo-se expressamente a autorização para a outorga da concessão no contrato de consórcio.

17. Sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, é correto afirmar com base na Lei nº 12.846/2013 que
- (A) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei.
 - (B) a pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual dos dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
 - (C) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator é irrelevante para fins de aplicação das sanções previstas nesta Lei.
 - (D) as sociedades consorciadas não são solidariamente responsáveis pelo pagamento de eventual multa e pela reparação do dano causado pela prática dos atos previstos nesta Lei.
 - (E) extingue-se a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
18. Sobre o regime jurídico constitucional dos regimes de previdência dos servidores públicos no Brasil é correto afirmar que
- (A) os regimes próprios de previdência terão caráter contributivo e solidário, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - (B) os regimes próprios de previdência serão organizados sob a forma de regime de capitalização absoluta.
 - (C) desde a reforma constitucional introduzida pela Emenda Constitucional nº 103/2019, é idêntico ao regime geral de previdência social.
 - (D) a adesão a regime de previdência complementar atualmente é condição para a nomeação em cargo público.
 - (E) os regimes de previdência complementar serão organizados sob o regime de benefício definido.
19. Em caso de não adoção, pela autoridade administrativa, das providências determinadas pelo Tribunal de Contas, no prazo por ele consignado, para exato cumprimento da lei, quando verificada a ilegalidade de ato administrativo, caberá ao Tribunal
- (A) representar ao Poder Legislativo para que este suspenda o ato administrativo.
 - (B) requisitar auxílio ao órgão de controle interno do Poder Executivo.
 - (C) sustar o ato administrativo, comunicando a decisão ao Poder Legislativo.
 - (D) determinar o afastamento do cargo da autoridade administrativa infratora.
 - (E) representar a autoridade ao Poder Judiciário.
20. É condição para recebimento, pelos municípios, para a cobertura das ações e serviços de saúde, de recursos do Fundo Nacional de Saúde, segundo a Lei nº 8.142/1990:
- (A) a previsão de contrapartida de recursos municipais para a saúde no orçamento próprio.
 - (B) a existência de rede informatizada e interligada via internet ao DataSUS.
 - (C) o respeito aos limites estabelecidos pelo Senado Federal para o endividamento municipal.
 - (D) o respeito ao limite legal com despesas de pessoal.
 - (E) o cumprimento pelo município da regra de gasto mínimo com serviços de saúde e educação.

DIREITO CIVIL

21. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro estabelece que se deve aplicar a lei do país
- (A) onde foram constituídas as empresas estrangeiras situadas no Brasil, bem como as suas filiais.
 - (B) de nascimento da pessoa para questões sobre o começo e fim da personalidade, o nome, a capacidade.
 - (C) de domicílio da pessoa para questões sobre a qualificação e regulação das relações concernentes a bens.
 - (D) do “de cujus” quanto à capacidade de suceder, no caso de sucessão por morte, real ou presumida.
 - (E) onde foram constituídas as obrigações, reputando-se constituída no lugar em que residir o proponente.
22. No que diz respeito às pessoas jurídicas de direito privado, é correto afirmar que
- (A) sua dissolução será averbada no registro onde ela estiver inscrita, sendo necessária autorização ou aprovação do Poder Executivo.
 - (B) o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica será promovido após o encerramento da liquidação.
 - (C) dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido será incorporado por outra associação designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.
 - (D) sua existência legal se inicia com a averbação do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
 - (E) decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo do início efetivo das suas atividades.

23. Mônica, passando por dificuldades financeiras, decide vender suas joias. Para tanto, contrata Paola, profissional especializada na compra e venda de joias para intermediar sua venda. Passados alguns meses e sob pressão de Mônica, Paola de forma dolosa, visando não perder a sua porcentagem nas vendas, promoveu a negociação de joias falsas entre Mônica e Aline, que, apesar de ser cliente usual de seus serviços, foi induzida ao erro por Paola.

Considerando que Mônica

- (A) tinha conhecimento da atuação maliciosa de Paola, caracteriza-se o verdadeiro conluio entre ambas e o negócio é nulo.
- (B) não tinha conhecimento direto do dolo de Paola, mas podia presumi-lo, em face das circunstâncias do fato, o negócio subsiste, respondendo apenas Paola pelas perdas e danos devidos a Aline.
- (C) não sabia, nem tinha como saber da atuação dolosa de Paola, o negócio é nulo.
- (D) não sabia, nem tinha como saber da atuação dolosa de Paola, em face da boa-fé de Aline o negócio subsiste, respondendo apenas Paola pelas perdas e danos devidos a Aline.
- (E) tinha conhecimento da atuação maliciosa de Paola, caracteriza-se o verdadeiro conluio entre ambas e o negócio é anulável, respondendo civilmente apenas Paola.

24. ABC é um hotel situado na capital do estado no qual Jaqueline ficou hospedada por dez noites e não efetuou o pagamento relativo à sua hospedagem, apesar de ter assinado contrato de hospedagem assinado por duas testemunhas. Devido a uma confusão na contabilidade, a falta do pagamento só foi verificada dez meses após os fatos, momento no qual o hotel ABC decidiu propor ação de execução em face de Jaqueline. Passado um mês, Jaqueline foi citada.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que o despacho do juiz que ordenou a citação de Jaqueline

- (A) foi indiferente, uma vez que pretensão do hotel já estava prescrita.
- (B) é causa de suspensão da prescrição, sendo certo que a suspensão somente poderá ocorrer uma única vez.
- (C) é causa de interrupção da prescrição, sendo certo que a prescrição recomeçará a correr da data do ato que a interrompeu.
- (D) fez com que ela fosse constituída em mora, impedindo a prescrição.
- (E) não é capaz de suspender a prescrição, uma vez que deve ser declarada de ofício.

25. O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor.

Acerca do tema, é correto afirmar que

- (A) na cessão *pro solvendo*, o cedente obriga-se a pagar se o devedor cedido for insolvente, assumindo, portanto, o risco da insolvência do devedor.
- (B) o devedor não pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, nem aquelas que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
- (C) em regra, na cessão de um crédito não se abrangem todos os seus acessórios.
- (D) é responsável solidariamente o devedor que, antes de ter conhecimento da cessão, paga ao credor primitivo.
- (E) desde que com o conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.

26. No contrato de transporte de pessoas, é correto afirmar que

- (A) o passageiro pode desistir do transporte apenas antes de iniciada a viagem, sendo-lhe devida a restituição do valor.
- (B) a responsabilidade contratual do transportador por acidente com o passageiro não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva.
- (C) o transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, exceto se prevista qualquer cláusula excludente da responsabilidade.
- (D) o transportador, em regra, pode recusar passageiros a seu próprio critério, desde que justificadamente.
- (E) não se subordina às normas legais o transporte feito sem remuneração, ainda que o transportador venha a auferir vantagens indiretas.

27. A atual jurisprudência e o código civil estabelecem que o ofensor deverá indenizar, em caso de

- (A) ofensa à saúde, as despesas do tratamento e dos lucros cessantes pelo prazo máximo de 1 (um) ano.
- (B) esbulho, apenas o valor das suas deteriorações.
- (C) homicídio, a prestação de alimentos, levando-se em conta o salário da vítima no momento de sua morte.
- (D) defeito pelo qual a vítima não possa exercer sua profissão, pensão que será arbitrada, a pedido da vítima, e paga de uma vez só, salvo impossibilidade econômica devedor, hipótese na qual o juiz poderá fixar outra forma de pagamento para atender às peculiaridades do caso.
- (E) injúria, a reparação do dano que delas resulte ao ofendido. Caso não seja possível provar prejuízo moral, caberá ao juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso.

28. Quanto à classificação da posse, é correto afirmar que a posse pode ser

- (A) justa, sendo aquela decorrente de atos de mera permissão e tolerância.
- (B) de má-fé e, ainda que restringida em seus efeitos, não goza da proteção possessória, razão pela qual não pode ser considerada lícita.
- (C) direta, sendo exemplificada pelo locador.
- (D) indireta, sendo exemplificada pelo locatário.
- (E) injusta, sendo aquela que não recebe a proteção legal, em nenhuma medida, o que a torna inexistente para o direito, enquanto permanecer contaminada por algum dos vícios previstos em lei.

29. Considerando a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o tema “condomínio edilício”.

- (A) Não é possível a aplicação de multa sancionatória em razão de comportamento antissocial ou nocivo para o condômino que descumpra reiteradamente o dever de contribuir para as despesas do condomínio, sendo cabível apenas a multa moratória.
- (B) O condômino que estiver em débito com as obrigações condominiais não poderá votar nas assembleias do condomínio, ainda que seja proprietário de diversas unidades autônomas e esteja inadimplente em relação a apenas uma delas.
- (C) É possível a penhora de bem de família de condômino, na proporção de sua fração ideal, se inexistente patrimônio próprio do condomínio para responder por dívida oriunda de danos a terceiros.
- (D) O condomínio, desde que mediante previsão expressa em regimento interno, pode proibir, em razão de inadimplência, condômino e seus familiares de usar áreas comuns, ainda que destinadas apenas ao lazer.
- (E) Ainda que exista previsão na Convenção de Condomínio regra impondo a destinação residencial, é possível o uso da unidade condominial para fins de hospedagem remunerada, com múltipla e concomitante locação de aposentos existentes nos apartamentos, a diferentes pessoas, por curta temporada.

30. Alexandre é proprietário de um terreno na cidade X. Sabendo que seu irmão André precisava de uma ocupação, concedeu a ele o direito de plantar em seu terreno.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que a concessão

- (A) poderá ser transferida a terceiros e, em caso de morte de André, aos seus herdeiros.
- (B) poderá ser realizada por prazo determinado ou indeterminado, de acordo com a vontade das partes.
- (C) deverá ser averbada junto à matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis.
- (D) poderá ser gratuita ou onerosa, sendo que, se for onerosa, deverá ser paga de uma só vez.
- (E) será onerosa, sendo certo que Alexandre responderá pelos encargos e tributos que incidirem sobre o terreno.

31. Assinale a alternativa em que o artigo citado seja correspondente ao conceito do Princípio da Ubiquidade.

- (A) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- (B) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.
- (C) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- (D) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
- (E) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

32. Na relação jurídica, são pressupostos processuais

- (A) de existência, a petição inicial apta, a imparcialidade do juiz, a capacidade postulatória e a legitimação para o processo.
- (B) de validade do processo, a demanda, jurisdição e citação.
- (C) negativos, tais como a perempção, a litispendência, a coisa julgada e a convenção de arbitragem.
- (D) a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse de agir.
- (E) a legitimidade e o interesse de agir, apenas.

33. Acerca do tema “atos processuais”, assinale a alternativa correta.

- (A) Se, intimado, o advogado não devolver os autos no prazo de 3 (três) dias, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente a um salário-mínimo vigente.
- (B) Se um membro do Ministério Público não devolver os autos no prazo do ato a ser praticado, a multa, se for o caso, será aplicada ao agente público responsável pelo ato.
- (C) Caso o juiz, injustificadamente, exceda os prazos previstos em lei, regulamento ou regimento interno, seja apresentada representação pela parte e ainda assim o juiz se mantenha inerte, os autos serão remetidos ao juiz leigo ou ao substituto legal do juiz.
- (D) Incumbe ao chefe do cartório verificar se o serventuário excedeu, sem motivo legítimo, os prazos estabelecidos em lei.
- (E) Qualquer interessado poderá representar ao juiz contra o serventuário que injustificadamente exceder os prazos previstos em lei.

34. Leila, Nice e Gê, vizinhas e amigas de infância, decidiram abrir juntas um salão de beleza no quintal de suas casas. Compraram os móveis necessários e diversos produtos para suas clientes da empresa X. No entanto, logo após a inauguração, foi decretada quarentena em razão de uma pandemia, e Leila, Nice e Gê não conseguiram atender às clientes e conseqüentemente não conseguiram pagar pelos móveis e produtos comprados, dissolvendo-se a sociedade por elas formada. Pouco tempo depois, a empresa X propôs ação visando o recebimento dos valores em face de Leila, Nice e Gê. Ocorre que apenas Leila e Nice foram citadas. A sentença, proferida sem a integração do contraditório, julgou o mérito de forma procedente e ambas foram intimadas da decisão.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Por se tratar de um litisconsórcio simples, os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- (B) Considerando se tratar de um litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará à empresa X que requeira a citação de Gê, sob pena de extinção do processo.
- (C) Se Leila e Nice forem representadas por advogados distintos de escritórios de advocacia distintos, serão beneficiadas pelo prazo em dobro ainda que se trate de processo em autos eletrônicos.
- (D) Se Leila e Nice forem representadas por advogados distintos do mesmo escritório de advocacia, apenas poderão ter o benefício do prazo em dobro se apresentarem requerimento para tanto.
- (E) A sentença será ineficaz para Gê.

35. Talita estava dirigindo seu carro e freou diante de uma faixa de pedestres para que uma família pudesse atravessar em segurança. Ocorre que Geraldo, que estava atrás de Talita, não percebeu a freada e bateu em seu veículo. Geraldo informou a Talita que ela poderia ficar tranquila, pois ele pagaria o conserto de ambos os veículos, uma vez que possuía seguro do seu carro. Ocorre que, passados três meses, Geraldo não realizou o pagamento do conserto do veículo de Talita.

Assinale a alternativa correta, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) Talita ajuizou a ação de indenização apenas contra Geraldo cobrando as despesas do conserto. Geraldo poderá fazer a denúncia da lide à seguradora.
- (B) Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúncia ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada subsidiariamente ao pagamento da indenização devida à Talita, nos limites contratados na apólice.
- (C) Trata-se de hipótese de chamamento ao processo, no qual a seguradora denunciada pode ser condenada a pagar diretamente a Talita sem que Geraldo pague antes e depois o seguro e faça apenas o ressarcimento.
- (D) Por não ser parte no contrato, Talita não poderá ajuizar a ação de indenização contra José e a seguradora em litisconsórcio passivo.
- (E) Talita, tendo conhecimento de que Geraldo possui contrato de seguro, pode deixar de lado o causador do dano e ajuizar ação de indenização apenas contra a seguradora cobrando seu prejuízo.

36. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em relação ao procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente, é correto afirmar que

- (A) a causa de pedir não poderá ser aditada no momento de formulação do pedido principal.
- (B) o réu será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- (C) o indeferimento da tutela cautelar obsta a que a parte formule o pedido principal, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.
- (D) apresentado o pedido principal, as partes serão intimadas para a audiência de conciliação ou de mediação, por seus advogados ou pessoalmente, sendo necessária nova citação do réu.
- (E) cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal, sendo certo que é vedado à parte renovar o pedido, salvo sob novo fundamento.

37. No que diz respeito à fase de saneamento e organização do processo, é correto afirmar que

- (A) as partes podem definir que o princípio do contraditório não será aplicado na ação em andamento visando o atendimento ao princípio da duração razoável do processo.
- (B) as pautas deverão ser preparadas com intervalo mínimo de 1 (um) dia entre as audiências.
- (C) se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.
- (D) realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo subsequente de 5 (cinco) dias, iniciando pelo autor, findo o qual a decisão se torna estável.
- (E) caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 5 (cinco) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.

38. A produção antecipada de provas será admitida nos casos em que

- (A) o autor justifique a necessidade de antecipação de prova e mencione com precisão os fatos sobre os quais a prova há de recair, sendo certo que a produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- (B) o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação, sendo certo que a competência para sua produção deverá ser no foro onde deva ser produzida ou no foro de domicílio do autor.
- (C) a prova recaia sobre direito indisponível da parte.
- (D) haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação.
- (E) a prova a ser produzida não seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito.

39. No que diz respeito à cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação de fazer, é correto afirmar:

- (A) não é possível que o juiz, após o devedor já ter descumprido a multa fixada, reduza o seu valor.
- (B) é possível a execução provisória da multa pelo descumprimento da obrigação de fazer fixada em tutela provisória de urgência, devendo o devedor depositar o valor em juízo e o credor só poderá levantar a quantia após o trânsito em julgado da sentença a ele favorável.
- (C) a multa pelo descumprimento da obrigação de fazer pode ser imposta ao agente público ainda que ele não tenha sido parte na ação, caso que não se configura infringência ao princípio da ampla defesa, uma vez que o interesse público se sobrepõe.
- (D) a fixação de multa diária cominatória em face da Fazenda Pública em caso de descumprimento de obrigação de fazer imposto só é possível mediante requerimento da parte prejudicada.
- (E) não é necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a aplicação da multa pelo descumprimento da obrigação de fazer.

40. Em caso de cumprimento de sentença, o meio típico de defesa do executado é a impugnação. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A impugnação será apresentada por simples petição nos autos do processo, não havendo a necessidade de autos apartados nem de citação do credor, que, entretanto, deve ser ouvido a fim de se respeitar o princípio do contraditório, sendo possível também a produção de provas necessárias para a solução do caso.
- (B) A competência para a análise da impugnação é do juízo da execução, sendo que tal meio de defesa, como regra, possui efeito suspensivo.
- (C) Apesar de ser um meio de defesa, a impugnação tem natureza jurídica de ação, de modo que é possível adentrar em questões meritorias do direito do autor, podendo ser discutido o mérito da condenação sentencial.
- (D) O prazo para apresentação da impugnação é de 15 dias, contado da data da intimação para o pagamento voluntário da obrigação constante do título executivo judicial, sendo necessária a apresentação de garantia prévia para sua apresentação.
- (E) A decisão que rejeitar a defesa apresentada em impugnação tem natureza de sentença, cabendo contra ela apelação.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

41. Em vista de se atingir o princípio da economia processual, admite-se, no procedimento das ações no Juizado Especial Cível,

- (A) o mandado de segurança.
- (B) o chamamento ao processo.
- (C) o litisconsórcio.
- (D) a denunciação da lide.
- (E) o agravo de instrumento.

42. É competente o Juizado Especial Cível para ação proposta

- (A) pelo menor de dezoito anos desde que assistido ou representado e com a atuação do representante do Ministério Público.
- (B) de despejo para uso da filha do proprietário que irá casar e necessita do imóvel para residir, devidamente comprovado.
- (C) por sindicato para cobrar contribuição sindical, quando expressamente aderida por funcionário sindicalizado.
- (D) para cobrança singular movida contra empresa em recuperação judicial, quando se trate de crédito oriundo de relação de consumo.
- (E) por associação de moradores visando à cobrança de taxas de manutenção de loteamento em face de morador não associado.

- 43.** Quanto às provas, indique a alternativa correta.
- (A) Todos os meios de prova valem. Desde que especificados em lei, são hábeis para provar.
 - (B) A audiência de instrução e julgamento, por colher provas, somente é presidida por juiz togado, restando ao juiz leigo a audiência de conciliação.
 - (C) A prova oral será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.
 - (D) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
 - (E) As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência, independentemente de intimação.
- 44.** Compete ao Juizado Especial Cível executar seu título judicial no
- (A) local do pagamento.
 - (B) próprio Juizado.
 - (C) no domicílio do exequente.
 - (D) no domicílio do executado.
 - (E) no juízo prevento.
- 45.** O não comparecimento do autor à audiência de conciliação designada perante o Juizado Especial Cível pode acarretar
- (A) a extinção do processo sem julgamento do mérito.
 - (B) a designação de audiência de instrução e julgamento.
 - (C) a revelia.
 - (D) a intimação do autor para justificar a ausência.
 - (E) a cassação da antecipação da tutela, se concedida.
- 46.** Nos termos do Aviso Conjunto nº 15/2016, no procedimento eletrônico, a parte poderá juntar documentos em audiência desde que
- (A) levados à audiência por meio físico, sendo seu inteiro teor reduzido a termo.
 - (B) não possam ser convertidos a meios eletrônicos e possam ser recebidos por meio físico.
 - (C) protocolados eletronicamente até o horário designado para a audiência.
 - (D) recebidos em meio físico e posteriormente aberto prazo para o contraditório.
 - (E) protocolados eletronicamente até 5 dias antes da data da audiência.
- 47.** Litisconsortes que têm diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazo para apresentar recurso inominado. Considerando que o primeiro dia do prazo é dia 1º, uma quinta-feira, e que não há feriados ou suspensão de expediente forense no decorrer do período, tal prazo venceria no dia
- (A) 28.
 - (B) 14.
 - (C) 12.
 - (D) 25.
 - (E) 20.
- 48.** Uma vez constatada a necessidade de prova pericial complexa, no âmbito do Juizado Especial,
- (A) será proferida sentença de mérito com as provas já colhidas.
 - (B) o feito será remetido para a justiça comum.
 - (C) tem que ser dada nova oportunidade às partes de conciliação.
 - (D) deverá ser realizada a perícia.
 - (E) haverá a extinção sem julgamento do mérito.
- 49.** As testemunhas
- (A) até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento mediante intimação do Juízo.
 - (B) até o máximo de quatro para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
 - (C) até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado.
 - (D) até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
 - (E) até o máximo de quatro para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.
- 50.** Indique a alternativa que contém a matéria que pode ser arguida em contestação.
- (A) Impugnação ao valor da causa.
 - (B) Agravo retido.
 - (C) Impedimento.
 - (D) Suspeição.
 - (E) Reconvencção.

- 51.** Se o juiz verificar que a ausência da parte à audiência ou o pedido de desistência visam fraudar o andamento processual evitando o julgamento desfavorável, ele poderá
- (A) mandar ofício ao Ministério Público.
 - (B) julgar o mérito da causa.
 - (C) suspender o processo.
 - (D) marcar nova audiência.
 - (E) condenar a parte em litigância de má-fé, se o réu.
- 52.** A sentença no Juizado Especial, segundo o Aviso conjunto nº 15/2016, deve conter
- (A) dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.
 - (B) relatório, com a summa do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.
 - (C) fundamentação, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito.
 - (D) justificção, que conterà a análise profunda de todas as provas produzidas.
 - (E) descrição, que conterà os nomes das partes, a identificação do caso.
- 53.** É competente, para as causas relativas ao cumprimento da obrigação,
- (A) o local do fato.
 - (B) o local da origem da obrigação.
 - (C) a sede do réu.
 - (D) o domicílio do autor.
 - (E) o lugar onde a obrigação deva ser satisfeita.
- 54.** A revelia será decretada se o réu não
- (A) apresentar contestação.
 - (B) pagar as custas do recurso.
 - (C) recorrer.
 - (D) comparecer à audiência de conciliação.
 - (E) estiver representado por advogado.
- 55.** É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública conciliar e julgar ação
- (A) de reparação de danos proposta por microempresa contra uma autarquia estadual com valor da causa de até 60 (sessenta) salários-mínimos.
 - (B) de desapropriação proposta contra o Município com valor da causa de até 40 (quarenta) salários-mínimos.
 - (C) cuja pretensão verse sobre obrigações vincendas contra o Município e que tenha por valor máximo da causa até 40 (quarenta) salários-mínimos, sendo tal valor considerado somente para as parcelas vencidas.
 - (D) de obrigação de fazer proposta contra União, Estado, Distrito Federal e Município com valor da causa de até 60 (sessenta) salários-mínimos.
 - (E) que tenha como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidor público estadual com valor da causa de até 60 (sessenta) salários-mínimos.
- 56.** No que diz respeito aos juízes leigos dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, é correto afirmar que
- (A) ficarão impedidos de exercer a advocacia apenas perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública instalados no estado em que exercem sua função.
 - (B) poderão supervisionar a instrução que será dirigida por conciliador.
 - (C) são auxiliares da Justiça, recrutados, preferentemente, entre os bacharéis em Direito.
 - (D) obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz leigo mediante sentença com eficácia de título executivo.
 - (E) aquele que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá, se for o caso, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.
- 57.** Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação, o juiz poderá,
- (A) apenas por requerimento das partes, deferir providências antecipatórias no curso do processo.
 - (B) de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo.
 - (C) de ofício ou a requerimento das partes, deferir apenas providências cautelares no curso do processo.
 - (D) apenas por requerimento das partes, deferir providências cautelares no curso do processo.
 - (E) apenas por requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo.

- 58.** Acerca da produção de provas nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, é correto afirmar que
- (A) o Juiz pode limitar ou excluir as provas que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
 - (B) as testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, mediante de intimação.
 - (C) apenas os meios de prova especificados em lei são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.
 - (D) a prova oral será reduzida a termo e homologada por sentença.
 - (E) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.
- 59.** Acerca dos pedidos de uniformização de interpretação de lei, assinale a alternativa correta.
- (A) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material ou processual.
 - (B) Eventuais pedidos de uniformização fundados em questões idênticas e recebidos, subsequentemente, em quaisquer das Turmas Recursais ficarão retidos nos autos, aguardando pronunciamento do Tribunal Regional Federal.
 - (C) Quando a orientação acolhida pelas Turmas de Uniformização contrariar súmula do Superior Tribunal de Justiça, a parte interessada deverá apresentar reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Quando as Turmas de diferentes Estados derem a lei federal interpretações divergentes, o pedido será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Publicado o acórdão referente ao pedido de uniformização, os pedidos retidos a ele referidos serão objeto de retratação pelos juízes de primeiro grau.
- 60.** Bianca propôs ação de obrigação de pagar quantia certa em face do Município X que, citado, compareceu à audiência de conciliação que restou infrutífera. Foi realizada a audiência de instrução e julgamento, o Município apresentou defesa e, por fim, a ação foi julgada procedente, condenando o Município X ao pagamento de 10 (dez) salários-mínimos. Não foi apresentada apelação contra a sentença. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) haverá trânsito em julgado, e caso seja desatendida a requisição judicial, o juiz, imediatamente, determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da Fazenda Pública.
 - (B) haverá trânsito em julgado, e o pagamento poderá ser efetuado de forma fracionada, de modo que o pagamento se faça, em parte, mediante requisição e, em parte, mediante expedição de precatório.
 - (C) haverá trânsito em julgado, e o saque do valor depositado poderá ser feito pela parte autora, pessoalmente, em qualquer agência do banco depositário, após a expedição de alvará.
 - (D) não haverá o trânsito em julgado, uma vez que, por se tratar de sentença proferida contra o Município, haverá reexame necessário.
 - (E) haverá trânsito em julgado, e o pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa.
- 61.** No que diz respeito aos atos processuais e audiências, a Lei Estadual nº 5.781, de 01 de julho de 2010, prevê que
- (A) na comunicação dos atos, será utilizado, como regra, o meio eletrônico, podendo, em qualquer caso, ser utilizado o meio tradicional de comunicação dos atos processuais.
 - (B) os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
 - (C) as audiências e os serviços do cartório somente poderão, excepcionalmente, ser realizados fora da sede do Juizado na hipótese do Projeto Justiça Itinerante.
 - (D) havendo necessidade de realizar os serviços do cartório fora da sede do juízo, as procuradorias serão comunicadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
 - (E) as audiências processuais serão públicas e realizar-se-ão somente na parte da manhã na sede dos juizados.

- 62.** Acerca das hipóteses de conciliação previstas na Lei Estadual nº 5.781, de 01 de julho de 2010, assinale a alternativa correta.
- (A) Nos casos de homologação de acordo civil, não haverá despesas processuais.
 - (B) A audiência de conciliação só será obrigatória quando houver necessidade de prova oral.
 - (C) No caso de realização de acordo por parte do Estado, poderão ser celebrados acordos nas hipóteses e nos limites disciplinados por ato do Procurador Geral do Estado, observado o limite máximo de 40 (quarenta) salários-mínimos.
 - (D) A audiência de conciliação será sempre realizada ainda que uma das partes se manifeste em sentido contrário.
 - (E) Os réus poderão fornecer aos juizados listas de matérias em relação às quais consideram inviável qualquer conciliação ou acordo, hipótese nas quais não serão realizadas audiências de conciliação.
- 63.** A Lei Estadual nº 5.781, de 01 de julho de 2010, prevê que os juízes leigos
- (A) terão o tempo de prática forense relativo ao exercício das suas funções computado nos termos do disposto na Lei Federal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
 - (B) serão designados para exercer suas funções pelo prazo de 2 (dois) anos, permitida a recondução de acordo com critérios de conveniência e oportunidade e poderão ser dispensados apenas após procedimento administrativo disciplinar ao qual não caiba mais recurso.
 - (C) estão sujeitos às normas disciplinares específicas previstas nesta lei.
 - (D) terão o tempo de exercício das suas funções, se a exercerem por período superior a 1 (um) ano, considerado como título em concurso público para a Magistratura de carreira do Estado do Rio de Janeiro.
 - (E) serão designados pelo Juiz titular do Juizado Especial ao qual será vinculado.
- 64.** De acordo com a jurisprudência predominante das Turmas Recursais Fazendárias do TJRJ, em se tratando de pedido de fornecimento de medicamento, tratamento ou insumo padronizado pelo Sistema Único de Saúde,
- (A) pode a ação ser proposta em face de qualquer ente público, já que solidários, impondo-se, entretanto, a comprovação da efetiva necessidade do medicamento, tratamento ou insumo reclamado, dadas as condições do reclamante e seu histórico clínico.
 - (B) poderá o juiz, havendo laudo indicativo do Núcleo de Assessoramento Técnico, conceder a tutela antecipada fundada na urgência, com base no disposto no Código de Processo Civil.
 - (C) caso a ação esteja em curso nos juizados fazendários, a substituição da entrega do medicamento necessário ao tratamento de doença pelo ente público não infringe o princípio da correlação.
 - (D) a parte reclamante poderá eleger a marca específica a ser fornecida pelo ente público, nos casos em que há, no mercado, outras de idêntica segurança e registradas pela Anvisa.
 - (E) a ação poderá ser ajuizada em face de qualquer ente vinculado ao seu fornecimento em conformidade com a política pública existente e as atribuições administrativas fixadas em razão da solidariedade entre os entes federativos.
- 65.** Considerando o disposto nos enunciados previstos no Aviso Conjunto TJ/COJES nº 15/2017, analise a seguinte situação hipotética: José propôs ação na qual figuram no polo passivo o Estado do Rio de Janeiro e João. Considerando haver, entre as partes, litisconsórcio passivo
- (A) facultativo, o processo deverá ser extinto com julgamento do mérito em relação a todas as partes.
 - (B) necessário, o processo deverá ser extinto sem julgamento do mérito em relação a João e deverá prosseguir quanto ao Estado do Rio de Janeiro.
 - (C) facultativo, o processo deverá ser extinto sem julgamento do mérito em relação a João e deverá prosseguir quanto ao Estado do Rio de Janeiro.
 - (D) facultativo, o processo deverá ser extinto sem julgamento do mérito em relação a todas as partes.
 - (E) necessário, o processo deverá ser extinto com julgamento do mérito em relação a todas as partes.

66. Mauricio, Auditor Fiscal da Receita do Estado do Rio de Janeiro, propôs ação em sede de Juizado Especial Fazendário com o pedido de reajuste da parcela de produtividade fiscal devida a ser averiguada mediante realização de perícia contábil. Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que o pedido será
- (A) admissível se o valor do pedido de reajuste for de até 60 (sessenta) salários-mínimos.
 - (B) inadmissível, diante da necessidade de realização de perícia contábil, situação que se contrapõe aos princípios da simplicidade e celeridade.
 - (C) inadmissível, uma vez que Mauricio, na condição de servidor público não pode ser autor de ação perante o Juizado Especial Fazendário.
 - (D) inadmissível em razão da matéria, uma vez que o Juizado Especial Fazendário veda a propositura de ação que tenha por objeto reajuste de servidores públicos.
 - (E) inadmissível, uma vez que a Receita Fiscal do Rio de Janeiro não pode ser ré de ação perante o Juizado Especial Fazendário.

DIREITO DO CONSUMIDOR

67. O Código de Defesa do Consumidor é baseado em princípios e direitos básicos. O princípio que determina que o fornecedor adote medidas para evitar qualquer tipo de dano ao consumidor é o
- (A) da prevenção.
 - (B) do equilíbrio das partes.
 - (C) da isonomia.
 - (D) da informação.
 - (E) da solidariedade.

68. João comprou para uso exclusivo de sua família o automóvel particular de Tomás, que cuidava do carro de forma zelosa por ser o seu único bem particular. Depois de ser entregue, no segundo dia de uso, o câmbio do automóvel quebrou, sendo que Tomás assinou um documento afirmando para João que o câmbio do automóvel estava em perfeito estado. Nesse caso, é correto afirmar que
- (A) o fato de o produto transacionado ser um automóvel particular não afasta a aplicação da legislação consumerista.
 - (B) João é o consumidor da relação, mas Tomás não se enquadra no conceito de fornecedor.
 - (C) por se tratar de uma relação de consumo, João poderá exigir seus direitos com base no Código de Defesa do Consumidor.
 - (D) não se trata de relação de consumo, porém se aplica a João o princípio da vulnerabilidade.
 - (E) não estão presentes ao caso os requisitos da relação de consumo e, portanto, a questão deve ser tratada sob a égide das leis civis.

69. Acerca do conceito de serviços abarcados pelo Código de Defesa do consumidor (CDC), é correto afirmar que
- (A) quaisquer serviços gratuitos não são abarcados pelo CDC.
 - (B) se exclui da lista de serviços por ele tutelados os de natureza trabalhista.
 - (C) serão assim considerados, apenas quando efetivamente remunerados.
 - (D) os serviços de crédito não são passíveis de serem relacionados a uma relação de consumo.
 - (E) serviços de natureza bancária são regidos por legislação específica e não são cobertos pelo CDC.
70. Sobre a inversão do ônus da prova em favor do consumidor em juízo, é correto afirmar que
- (A) é obrigatória nas relações de consumo, por ser regra de distribuição do ônus probatório.
 - (B) tem o efeito de obrigar a parte contrária a arcar com as custas da prova requerida pelo consumidor.
 - (C) somente poderá ser concedida a requerimento da parte.
 - (D) é nula a cláusula contratual que a estabeleça em prejuízo do consumidor.
 - (E) os requisitos a serem observados pelo juiz para que a realize são cumulativos.

- 71.** Assinale a alternativa que apresenta o conteúdo exato de uma súmula do STJ sobre Direito do Consumidor.
- (A) Incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de três dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.
 - (B) É abusiva a cláusula contratual que restringe a responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil.
 - (C) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
 - (D) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, inclusive os administrados por entidades de autogestão.
 - (E) A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é lícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou à demonstração de má-fé do segurado.
- 72.** Sobre as regras de cobrança de dívidas e banco de dados descritas na lei consumerista, é correto afirmar que
- (A) o consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de dez dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
 - (B) os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a seis anos.
 - (C) em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente.
 - (D) os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-los Pública e mensalmente.
 - (E) os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter privado.
- 73.** Assinale a alternativa correta sobre os contratos de consumo, nos termos descritos no CDC.
- (A) As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.
 - (B) Para ser de adesão, todos os contratos devem ter suas cláusulas exclusivamente aprovadas por uma autoridade competente.
 - (C) Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será igual ou inferior ao corpo dez, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
 - (D) Nos contratos de adesão não se admite cláusula resolutória.
 - (E) A inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato.
- 74.** A respeito da desconsideração da personalidade jurídica aplicada às relações de consumo, é correto afirmar que
- (A) as sociedades consorciadas somente respondem por culpa em caso de desconsideração da personalidade jurídica decorrente de relações de consumo.
 - (B) não será aplicada se, apenas, a personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
 - (C) a legislação consumerista encampa a teoria menor.
 - (D) pelas regras da legislação consumerista só será aplicada de ofício.
 - (E) os seus requisitos são exclusivamente confusão patrimonial e desvio de finalidade do fornecedor.

75. Com relação às disposições legais acerca da oferta prevista na lei consumerista, assinale a alternativa correta.

- (A) O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
- (B) A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas e ostensivas, podendo vir escritas somente em idioma estrangeiro sem tradução para português.
- (C) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto, e, após cessar por mais 5 anos, tais peças deverão ser produzidas.
- (D) Apenas a publicidade é considerada meio de oferta no CDC.
- (E) É proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.

76. Nair comprou uma televisão. Ao chegar em casa, ligou-a na tomada, mas o produto não funcionou de maneira nenhuma. Nesse caso, é correto afirmar que Nair terá o prazo de

- (A) decadência de até 90 dias para reclamar do defeito para o fornecedor.
- (B) decadência de até 90 dias para reclamar do vício para o fornecedor.
- (C) decadência de até 30 dias para reclamar do vício para o fornecedor.
- (D) prescrição de até 5 anos para reclamar do defeito ao fornecedor.
- (E) prescrição de até 90 dias para reclamar do defeito ao fornecedor.

77. A respeito da imunidade tributária sobre templos de qualquer culto, é correto afirmar que

- (A) corresponde à hipótese constitucional de exclusão do crédito tributário com fundamento no princípio constitucional da solidariedade, da dignidade da pessoa humana e da liberdade religiosa.
- (B) a imunidade relativa ao imposto sobre propriedade predial e territorial urbana não abrange os imóveis dos quais as entidades religiosas sejam apenas locatárias, mas apenas aqueles de sua propriedade.
- (C) alcança impostos, taxas e contribuições incidentes sobre bens, rendas e serviços dessas entidades, independentemente do *nomen iuris* dado ao bem, renda ou serviço.
- (D) abrange não somente os prédios destinados ao culto, mas também outros relacionados com as finalidades essenciais das entidades, tais como escritórios e residência dos religiosos.
- (E) se trata de resquício histórico da vinculação Estado-Igreja, anterior à República, sendo contrária à ideia de isonomia tributária e sendo, portanto, inconstitucional.

78. A obrigação tributária principal é decorrência direta do(a)

- (A) ocorrência do fato gerador.
- (B) capacidade tributária.
- (C) lançamento tributário.
- (D) surgimento do crédito tributário.
- (E) responsabilidade tributária.

79. Joãozinho, de dois anos de idade, acaba de herdar de seu pai, falecido recentemente, imóvel em zona urbana do Município "X", no valor de um milhão de reais. Sua mãe, maior de idade, faz a gestão do referido bem de Joãozinho no interesse do filho, único herdeiro do ex-marido, com quem convivia em regime de separação absoluta de bens. A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar, com base na legislação tributária nacional, que

- (A) a mãe de Joãozinho, como sua mera representante legal, não responde pelos impostos eventualmente não recolhidos sobre o bem imóvel por ela administrado.
- (B) a capacidade tributária independe da capacidade civil, motivo pelo qual Joãozinho pode ser considerado contribuinte do imposto municipal sobre transmissão de bens *causa mortis* e do imposto municipal sobre propriedade urbana de bens imóveis.
- (C) a mãe de Joãozinho, como sua representante legal, assume a condição de contribuinte, sendo seu filho o sujeito passivo de fato do imposto estadual sobre transmissão de bens *causa mortis* e do imposto municipal sobre propriedade urbana de bens imóveis.
- (D) Joãozinho, em razão de sua idade, não tem capacidade tributária, não podendo ser considerado contribuinte do imposto estadual sobre transmissão de bens *causa mortis* e do imposto municipal sobre propriedade urbana de bens imóveis.
- (E) a mãe de Joãozinho, como sua representante legal, responde solidariamente com ele pelos impostos não recolhidos sobre o bem imóvel por ela administrado, na impossibilidade de exigência do imposto da própria criança.

80. A respeito das taxas, é correto afirmar, com base na legislação tributária nacional, que

- (A) a definição do critério quantitativo da regra matriz de incidência tributária das taxas deve guardar correlação com o custo para o Estado do exercício do poder de polícia ou da prestação do serviço público.
- (B) a competência tributária para o estabelecimento das taxas é livre para qualquer ente da federação, independentemente da competência constitucional para a prestação do respectivo serviço público ou exercício de poder de polícia.
- (C) diferem dos preços públicos em razão da compulsoriedade destes, em contraposição à facultatividade daquelas.
- (D) a sua fórmula de cálculo não pode incorporar elemento também utilizado na base de cálculo de imposto, ainda que não haja coincidência total quanto aos demais elementos da fórmula.
- (E) ao contrário dos impostos e das contribuições, não estão sujeitas aos princípios tributários da legalidade e da anterioridade, podendo ser criadas e modificadas por decreto do chefe do Poder Executivo.

